

Identidade política e programação das rádios públicas: estudo comparativo de quatro emissoras federais

Political identity and public radio programming: comparative study of four Brazilian federal broadcasters

Silvia Mugnatto Macedo¹
Antonio Teixeira de Barros¹
Cristiane Brum Bernardes¹

RESUMO

A programação de uma emissora de rádio institucional reflete sua identidade política? A partir desta pergunta inicial, este artigo analisa a grade de programação das principais emissoras de rádio (FM) das instituições que representam os Três Poderes: *Rádio Nacional FM*, *Rádio Senado*, *Rádio Câmara* e *Rádio Justiça*. O objetivo é avaliar se os gêneros de programação predominantes em cada emissora estão em consonância com sua identidade política/institucional. Para tanto, a comparação é pautada nos seguintes elementos: os objetivos institucionais de cada emissora; o modo como cada uma se autodefine (pública, estatal, institucional); e a percepção de seus gestores. O pressuposto que orienta o estudo é o de que as emissoras institucionais de rádio criadas na década de 1990 são herdeiras da tradição do rádio educativo criado na década de 1960. Conclui que tal herança persiste na atualidade, mas com uma nova abordagem, cujo foco é a educação para a democracia e a cidadania. Mas permanece o modelo tradicional de gestão, baseado no poder unilateral do Estado de decidir o que o cidadão deve saber.

Palavras-chave: rádios públicas, Rádio Câmara, mídias legislativas.

ABSTRACT

Does the programming of an institutional radio station reflect its political identity? Starting from this initial question, this article analyzes the program schedule of the four major (FM) radio stations of the institutions that represent the three powers of the Brazilian Republic: *Rádio Nacional FM*, *Rádio Senado*, *Rádio Câmara* and *Rádio Justiça*. The objective is to evaluate whether the programming predominant genres on each station are in line with their political/institutional identity. To that end, the comparison is guided by the following elements: the institutional objectives of each station, the way in which each one defines itself (public, state, institutional), and the perception of their managers. The assumption that guides the study is that the institutional radio stations created in the '90s are heirs to the tradition of the educational radio created in Brazil in the '60s. It concludes that this heritage continues today, but with a new approach, which focuses on education for democracy and citizenship. But the traditional model of management remains, based on the unilateral power of the state to decide what people should know.

Key words: public radio stations, Rádio Câmara, legislative media.

¹ Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Via N3 - Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte – SGMN - Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, Bloco B, Sala 17, 70160-900, Brasília, DF, Brasil. E-mails: smugnatto@rocketmail.com, antonibarros@gmail.com, cris.brum@gmail.com.

Introdução

No contexto político brasileiro recente, mais precisamente com o cenário que se desenhou a partir da década de 1990, as instituições públicas redefiniram seus sistemas de comunicação, com a implantação das chamadas *mídias das fontes*², o que resultou na diversificação dos veículos, com emissoras de rádio, TV, jornais impressos e sites noticiosos. Neste trabalho, serão analisadas especificamente as emissoras de rádio vinculadas às principais instituições que representam os Três Poderes, a saber: *Rádio Nacional FM Brasília*³, *Rádio Senado*, *Rádio Câmara e Rádio Justiça*.

O objetivo é avaliar se os gêneros de programação predominantes em cada uma dessas emissoras estão em consonância com sua identidade política/institucional. Para tanto, a comparação é pautada nos seguintes elementos: os objetivos institucionais de cada emissora; o modo como cada uma se autodefine (pública, estatal, institucional); e a visão de seus gestores acerca da relação entre a identidade da emissora e sua programação. A pesquisa tem como base os seguintes questionamentos iniciais: (a) a programação dessas emissoras reflete sua identidade política/institucional? (b) quais são os critérios utilizados para definir ou redefinir seus gêneros de programação? (c) quais são as percepções dos gestores dessas emissoras sobre sua atuação, seu perfil e sua programação?

O estudo foi realizado com base em três técnicas de pesquisa, que se complementam. A primeira compreendeu o exame de documentos institucionais, com o objetivo de coletar dados e informações para fazer a contextualização das rádios analisadas, além da identificação do perfil institucional de cada uma, sua política editorial e as diretrizes que norteiam a produção de conteúdos. A segunda consiste na análise da grade de programação e dos gêneros aos

quais os conteúdos difundidos se filiam. Por fim, a coleta de informações por meio de entrevistas realizadas com um dos gestores de cada rádio complementa as respostas que buscamos sobre a organização de cada emissora⁴. As entrevistas foram feitas no primeiro semestre de 2011 por meio de contatos telefônicos e abordaram assuntos como a linha editorial, características da programação, meios usados para alterar as grades e recursos de interatividade com os ouvintes.

O pressuposto que orienta o estudo é o de que as emissoras institucionais de rádio criadas na década de 1990 são herdeiras da tradição do rádio educativo criado na década de 1960. Por isso, antes da análise da programação, apresentamos um brevíssimo panorama histórico sobre os antecedentes dessas rádios e sua relação com o sistema de rádio educativo, a fim de contextualizar o estudo, mas sem a pretensão de apresentar uma cronologia completa.

Antecedentes das emissoras institucionais de rádio no Brasil

As emissoras institucionais são herdeiras da tradição do rádio educativo, sistema estratégico utilizado pelo Estado brasileiro para transmitir e difundir conteúdos instrucionais à população a partir da década de 1930.⁵ Entre as iniciativas pioneiras, destaca-se a criação da Rádio-Escola Municipal, cujas transmissões iniciaram em 6 de janeiro de 1934 no Rio de Janeiro. Outra experiência marcante foi a criação da Rádio MEC, em 1936, como instituição fundante do Serviço de Radiodifusão Educativa (SER)⁶. A partir dessas duas propostas iniciais, várias outras foram implementadas ao longo dos anos seguintes, as quais são detalhadas por Pimentel (2004), sob a credibilidade e a abrangência que o rádio adquiriu

² Trata-se de conceito formulado por Francisco Sant'Anna (2008), segundo o qual as mídias das fontes consistem na iniciativa de instituições públicas difundirem informações por veículos próprios, sem a intermediação da mídia privada. Na análise do autor, as rádios institucionais analisadas neste *paper* se enquadram nessa categoria.

³ O Poder Executivo tem oito emissoras de rádio, mas a Nacional FM de Brasília foi escolhida por ter abrangência semelhante às demais emissoras analisadas neste *paper*.

⁴ Entrevistas realizadas com quatro gestores, um de cada emissora: Carlos Senna, coordenador da Rádio Nacional FM; Luís Carlos Fonteles, diretor-adjunto da Rádio Senado; Mauro Ceccherini, diretor da Rádio Câmara; e Juliana Batista, chefe de redação da Rádio Justiça.

⁵ Para um histórico pormenorizado ver: Pimentel (2004).

⁶ Conforme Pimentel (2004), a *Rádio Ministério da Educação e Cultura* levou o governo a criar o Serviço de Radiodifusão Educativa (SER), pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. De acordo com esta lei, o SER destinava-se a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo.

naquela época. Nos anos seguintes, várias universidades aderiram ao modelo de educação à distância por meio do rádio, a ponto de que no final da década de 1970, dos cinco programas educativos mais difundidos em território nacional, quatro eram produzidos por instituições de ensino superior (Targino e Barros, 1992).

Na América Latina, a primeira escola radiofônica foi criada na Colômbia, em 1947, com o apoio da Igreja Católica, iniciativa que inspirou o Movimento Brasileiro de Educação de Base (MEB), capitaneado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no final da década de 1950. Considerada a primeira iniciativa de radiodifusão educativa a serviço da educação popular, seu objetivo principal era a alfabetização de adultos, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De forma mais abrangente, o sistema de rádio educativo criado no Brasil é considerado herdeiro das experiências em educação à distância implementadas em nações da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, nas primeiras décadas do século XX (Targino; Barros, 1992). Esses países reuniram os recursos do rádio com os primeiros estudos por correspondência, como apoio à instrução formal, especialmente no que se refere à qualificação profissional. Na década de 1970, o rádio foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco) como o veículo de maior potencial para atingir a população em todos os continentes, com a publicação do célebre *Relatório McBride*, em 1978⁷. Essa publicação tornou-se referência para os estudiosos do assunto e também contribuiu para a expansão do rádio como veículo educativo e cultural.

Em estudo inspirado pelo relatório mencionado, Fontecilla (1983) ressalta que o rádio educativo apropriou-se das funções já consagradas pelas emissoras convencionais de rádio, a saber: informar, educar e entreter. Assim, os sistemas educativos radiofônicos passaram a reunir essas três funções, conjugando-as para o mesmo fim, ou seja, a educação de segmentos populacionais sem acesso a sistemas formais de ensino. Assim, esse autor subdivide a função educativa do rádio nas seguintes áreas:

(a) *Documentários* – conteúdos que contribuem para a educação e a reflexão do público, ao explorar temas relacionados com a cultura de modo geral, temas históricos, atualidades e a vida cotidiana.

(b) *Difusão cultural* – transmissão dos valores culturais, com vistas à formação pessoal e social do público ouvinte.

(c) *Ensino extraescolar* – programação relacionada a assuntos como extensão rural, ecologia, educação sanitária, sindicalismo, cooperativismo, política.

(d) *Instrução formal* – divulgação de conteúdos que se enquadram no sistema formal de ensino, como língua portuguesa, história, geografia, química, biologia, etc.

Após sua consolidação no Brasil, com a emergência da televisão, o sistema de rádio educativo serviu de matriz e de paradigma para o desenvolvimento da TV educativa no final da década de 1960. Essa, por sua vez, constituiu a base para o surgimento das emissoras de TV institucionais⁸, a partir das possibilidades admitidas pela Lei da Cabodifusão (Lei Federal 8.977/95). Cabe ressaltar, por fim, que a disseminação das emissoras de TV institucionais serviu de mote para a criação das emissoras de rádio pelas instituições dos diferentes poderes. Em suma, a tendência inverteu-se: se, no passado, a TV educativa surgiu na esteira do rádio educativo, na década de 1990, as emissoras de rádio institucionais foram criadas no lastro dos canais de TV, como estratégias de reforço das iniciativas dos poderes públicos de manter canais diretos de comunicação com a população, sem a interferência dos filtros dos veículos privados.

Entretanto, no caso do rádio, é oportuno ressaltar que as iniciativas governamentais na área de comunicação não são recentes, especialmente no que se refere ao Poder Executivo. Desde a década de 1930, o governo federal utilizava-se de programas radiofônicos para divulgação institucional e propaganda política, sem mediações de terceiros. O exemplo mais conhecido é a “Hora do Brasil”, criado em 1935 para noticiar os feitos governamentais. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), principal iniciativa de Getúlio Vargas em comunicação. Com o fim da era Vargas, em 1945, o programa passou à jurisdição da antiga Agência Nacional, órgão do Departamento Nacional de Informações, que substituiu o DIP. Esse foi ainda o embrião da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que produziu o programa a partir de 1962 até sua extinção

⁷ O relatório foi publicado no Brasil sob o título *Um mundo e muitas vozes*, em 1983, pela editora da Fundação Getúlio Vargas. O texto resulta do trabalho da Comissão Internacional para o Estudo da Comunicação, coordenada por Sean McBride.

⁸ Para mais detalhes sobre esse assunto, ver: Barros *et al.* (2010).

quando da absorção de suas funções pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) em 1984. Em 2007, a Radiobrás e a Acerp foram reunidas na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e houve a criação da TV Brasil. As emissoras de rádio dos diferentes sistemas estatais foram mantidas.

Assim como no Poder Executivo, o Poder Legislativo iniciou seu projeto de comunicação por meio do rádio. Em 1952, algumas câmaras municipais contratavam rádios locais para transmissão de suas sessões. Contudo, o legislativo federal só chegou às rádios dez anos mais tarde, em 1962, após a transferência da capital federal para Brasília. Nessa época, o programa “A Hora do Brasil” passou a chamar-se “A Voz do Brasil” e a dividir o tempo de transmissão diária com os poderes Legislativo e Judiciário (Adghirni, 2006). Os núcleos de rádio do Senado Federal e da Câmara surgem com as respectivas equipes responsáveis pela produção de “A Voz do Brasil”. Na década de 1990, o lastro das emissoras institucionais de rádio foi ampliado, com a criação da *Rádio Nacional FM*, *Rádio Senado*, *Rádio Câmara* e *Rádio Justiça*, entre outras.

Em 2004 foi criada, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação das Rádios Públicas (Arpub), que passou a congrega 27 emissoras de caráter não comercial, o que inclui as governamentais, educativas, culturais, universitárias e comunitárias. Com isso, o termo rádio pública tornou-se abrangente e difuso, ao incluir diferentes categorias de emissoras sem fins comerciais. A seguir serão caracterizadas as rádios selecionadas para este estudo, as quais, pelos critérios da Arpub, também são consideradas rádios públicas, embora a própria Constituição brasileira faça distinção entre sistemas de comunicação públicos, estatais e privados.

Características das rádios e análise da programação

A *Rádio Nacional FM* foi a primeira emissora nesta frequência em Brasília, com início de suas transmissões em 1976. “Os destaques de sua programação são o melhor da música brasileira e a informação de qualidade”, conforme a página da emissora (Empresa Brasil de

Comunicação, s.d.). A emissora usa material jornalístico produzido pela *Rádio Nacional AM*⁹, que faz parte do sistema de radiodifusão pública da *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC), coordenada pela Presidência da República a partir de um conselho curador com integrantes da sociedade civil.

Já a *Rádio Senado* começou suas transmissões em 1997 e, conforme histórico que consta em sua página na internet, “surgiu com o intuito de articular uma série de iniciativas desenvolvidas pelo Senado Federal, como o *Jornal do Senado*, produzido para a *Voz do Brasil*; os boletins telefônicos veiculados por meio de ligação gratuita; e o serviço de som do Senado, conhecido como *Dim-Dom*, pelo qual era veiculado o áudio das sessões plenárias, os avisos de interesse do público interno e música brasileira” (Senado Federal, s.d.). Mas o ato de criação da Subsecretaria da *Rádio Senado* cita especificamente a necessidade de transmitir o áudio das sessões plenárias do Senado e do Congresso. Outros objetivos seriam divulgar as demais atividades do Senado, incluindo as ações de sua Presidência e dos senadores. O sinal da *Rádio Senado* atinge o Distrito Federal e a região metropolitana das cidades de Fortaleza (CE), Natal (RN), Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT).

A *Rádio Câmara* iniciou suas transmissões em janeiro de 1999 com a missão principal de divulgar as atividades do Plenário da Câmara (Câmara dos Deputados, s.d.). Mas hoje a emissora oferece material jornalístico, programas voltados para a formação da cidadania, programação cultural e musical, radionovelas e campanhas de utilidade pública. Como a *Rádio Senado*, a *Rádio Câmara* disponibiliza na internet o material produzido para o público em geral e para centenas de emissoras cadastradas em todo o país. Além disso, já existem projetos de expansão do sinal para Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Macapá (AP), São Luís (MA), Salvador (BA), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Montenegro (RS).

Por sua vez, a *Rádio Justiça* define-se em sua página na internet (Supremo Tribunal Federal, s.d.) como uma “emissora pública de caráter institucional do Poder Judiciário administrada pelo Supremo Tribunal Federal” (Supremo Tribunal Federal, s.d.). As transmissões começaram em 2004 e alcançam todo o Distrito Federal. Ainda na página, a emissora informa que “ao tratar os temas jurídicos em profundidade, a *Rádio Justiça* busca

⁹ A *Rádio Nacional AM* Brasília foi inaugurada em 1958, época das chamadas “rainhas do rádio”. A emissora permitiu que Brasília falasse efetivamente para o Brasil e era usada inclusive para mandar recados para as famílias dos candangos em outros estados. O primeiro médico da cidade, Edson Porto, apresentava um programa com dicas de saúde para as mães, por exemplo.

evitar que assuntos importantes e complexos sejam abordados superficialmente. Jornalismo, educação, cultura, cidadania e prestação de serviço são os eixos editoriais”. A programação é beneficiada por várias parcerias com tribunais superiores e entidades ligadas ao Judiciário, o que torna o gênero jornalístico bastante acentuado na grade de programação.

Análise da programação da Rádio Nacional FM

A programação da *Rádio Nacional FM* é formada por pelo menos 10 programas de música específicos, além da programação musical propriamente dita, e quatro programas jornalísticos. São programas temáticos como “Roda de Samba”, “Choro Livre” e “Jazz Brasil”. A programação musical é, portanto, o maior destaque da programação, com 78,4% do tempo total durante a semana. Já o jornalismo ocupa 16% do tempo, ficando em segundo lugar. Vale lembrar que o Poder Executivo tem 25 minutos da Voz do Brasil. Já o Senado tem 10 minutos; a Câmara, 20 minutos; e o Poder Judiciário, 5 minutos.

Na interação com o ouvinte, há um serviço de ouvidoria que atende todas as oito rádios da Empresa Brasil de Comunicação e que tem um programa específico nas sextas-feiras para responder às dúvidas da população, o *Rádio em Debate*, sob a responsabilidade da Ouvidoria da EBC.

Carlos Senna, coordenador da *Rádio Nacional FM*, em entrevista aos pesquisadores, afirma que a programação está sempre sendo aperfeiçoada, mas um plano editorial elaborado em 2006 pelo Comitê de Qualidade Editorial da Radiobrás conteria algumas diretrizes que têm de ser seguidas independentemente da gerência do momento. Senna também diz que não há preocupação em concorrer

com as rádios comerciais. Mas, para ele, ainda é necessário estruturar uma página própria na internet, o que ainda não foi realizado.

Com a lei 11.652 de 2008, as emissoras de rádio e TV do Executivo passaram a ter um caráter público por meio da instituição de um conselho curador. O conselho é composto por 22 membros: 15 representantes da sociedade civil, quatro do governo federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um funcionário da empresa.

Em audiência pública do conselho realizada no Rio de Janeiro em junho de 2010, a diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, afirmou que a ideia era desenvolver uma identidade para cada uma das oito emissoras (Brasil, 2010). O superintendente de rádio da EBC, Orlando Guilhon, complementou que, de maneira geral, as emissoras deveriam promover a diversidade cultural do Brasil com uma programação pautada pela experimentação. “Nós, muito mais que o setor privado e comercial, devemos correr riscos e, portanto, ousar e criar novos formatos, novas linguagens, novos gêneros radiofônicos” (Brasil, 2010, p. 38). Guilhon disse que a programação deveria estar voltada para quatro grandes blocos de informação: jornalismo, cultura, esportes e informação para a cidadania.

Na parte cultural, a ideia seria promover a dramaturgia, a poesia, a literatura e o folclore. Guilhon também citou a necessidade de produzir programas de humor, mas não desenvolveu o tema. A ideia está em sintonia com pesquisa recente realizada com jovens de ensino médio de quatro capitais brasileiras. A pesquisa mostrou o interesse dos jovens de algumas regiões do país em relação a programas de teor humorístico (Bufarah Junior *et al.*, 2010). Na programação musical, o superintendente afirmou que seriam feitas parcerias com universidades para trazer manifestações culturais que não teriam espaço na programação comercial, como congo, lundu e congada.

Quadro 1. Programação *Rádio Nacional FM**.

Chart 1. *Rádio Nacional FM* Programming.

| Gênero | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|---------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Música | 78,40% | 78,40% | 78,40% | 78,40% | 78,40% | 83,30% | 79,10% |
| Cultura | 1,40% | 1,40% | 1,40% | 1,40% | 1,40% | 16,70% | 20,90% |
| Jornalismo | 16,00% | 16,00% | 16,00% | 16,00% | 16,00% | 0 | 0 |
| Voz do Brasil | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 0 | 0 |

* Informações coletadas pelos pesquisadores em fevereiro de 2010.

Análise de programação da Rádio Senado

A *Rádio Senado*, assim como a *Rádio Câmara*, tem uma programação bastante voltada para a transmissão do Plenário, sendo que a *Rádio Senado* também transmite sessões de comissões temáticas, o que eleva bastante o total de tempo com “plenário e comissões”, chegando a 32,86% durante a semana. O jornalismo representa pouco mais de 12% da programação durante a semana e a música preenche o espaço noturno e os vazios entre os programas, alcançando o maior percentual, 42,7% durante a semana.

São oito programas de informação, incluindo os de entrevistas, debates e as reportagens especiais. Mas a caracterização de cada um deles no gênero jornalismo, *stricto sensu*, exigiria a decupagem de programas como o “Conexão Senado”, pois, em geral, essas produções reúnem vários subgêneros. Em outras palavras, eles apresentam conteúdo jornalístico, mas não são noticiários em sua íntegra. As notícias são inseridas gradativamente ao longo de suas transmissões. Há ainda programas culturais como “Prosa e Verso” e “Autores e Livros” e quatro programas musicais.

O diretor-adjunto da *Rádio Senado*, Luís Carlos Fonteles, durante entrevista à equipe de pesquisa, explicou que, recentemente, a programação da emissora vem sendo alterada com o objetivo de aumentar a participação do jornalismo na grade. Como essa participação, segundo ele, tem acontecido por meio de inserções ao vivo, o percentual em torno de 12% apurado na contabilização de tempos nas grades fixas pode estar subestimado em relação à realidade.

A diretriz, conforme Fonteles, é tornar a programação mais “leve”. Antes, por exemplo, os repórteres

entravam em horário fixo no “Conexão Senado”, e, agora, a participação deles ocorre ao longo da programação da manhã. Também houve uma mudança em relação à transmissão do Plenário. “O Plenário era intocável, agora nós fazemos pequenas interferências com notas do que acontece nas comissões, por exemplo, e até entradas ao vivo dos repórteres; mas tentando não cortar a fala dos senadores”, afirmou. Durante a transmissão de audiências das comissões, que ocorrem mais pela manhã, também passou a ser usado o recurso de trocar de uma comissão mais “fraca” para uma outra com uma discussão mais “quente”, isto é, que pode gerar mais interesse do ouvinte. O jornal da tarde também pode ser reduzido caso um debate muito interessante esteja ocorrendo no momento, seja no Plenário ou em uma comissão. Em relação às matérias, a meta é fazer textos de, no máximo, um minuto e meio.

Fonteles explica que as pesquisas apontaram que o público da rádio é de nível superior, com mais de 50 anos, de ambos os sexos e morador do Plano Piloto (região central de Brasília). Segundo ele, a direção da rádio procura manter este público sem a preocupação de ampliar para outras faixas etárias ou classes sociais. “É impossível atingir todos os públicos com um único veículo. Mas podemos alcançar formadores de opinião que são, na prática, multiplicadores de opinião”, afirma.

Para o diretor-adjunto da *Rádio Senado*, as emissoras FM são segmentadas por natureza, e a equipe de jornalismo do Senado consegue atingir classes sociais mais baixas por meio das ondas curtas que atingem a zona rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesta emissora, a alternativa adotada foi a prestação de serviços com produtos como o “Celular do Sertão”, um serviço de recados da população por meio da rádio. Esta inserção mais ampla na sociedade também é obtida pela radioagência, que distribui o conteúdo produzido pela internet.

A participação do ouvinte é feita pela internet por meio da página da rádio ou pelas redes sociais. O serviço

Quadro 2. Programação *Rádio Senado**.

Chart 2. *Rádio Senado* Programming.

| Gêneros | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|----------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Música | 58,10% | 43,2% | 39,00% | 39,00% | 56,70% | 78,20% | 89,70% |
| Cultura | 4,20% | 0 | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 20,80% | 9,30% |
| Jornalismo | 12,70% | 11,00% | 11,00% | 11,00% | 16,20% | 1,00% | 1,00% |
| Voz do Brasil | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 0 | 0 |
| Plenário e comissões | 20,80% | 41,60% | 41,60% | 41,60% | 18,70% | 0 | 0 |

* Informações coletadas pelos pesquisadores em fevereiro de 2010.

0800 do Senado também recebe muitas ligações de ouvintes de ondas curtas. Já a FM tem um produto específico, chamado de “Pergunte ao Senador”, que grava perguntas dos ouvintes para que os senadores respondam.

Análise da programação da Rádio Câmara

A programação da *Rádio Câmara* é formada por sete programas jornalísticos, cinco programas de entrevistas e 18 programas culturais. O noticiário está dividido em boletins que variam de 2 minutos meio a 8 minutos e que vão ao ar de hora em hora, e um jornal matutino chamado Câmara Aberta. Além dos boletins, os repórteres podem entrar no ar a qualquer momento para divulgar notícias em tempo real. Muitas vezes, são convocadas sessões extraordinárias, e a programação é interrompida para a transmissão dos debates. Durante a transmissão do Plenário, um jornalista (âncora) narra os eventos para o ouvinte que acabou de ligar o rádio e, eventualmente, chama os repórteres para uma rápida intervenção sobre outras notícias que estão acontecendo no mesmo momento em outros locais da Casa, como comissões temáticas e comissões parlamentares de inquérito. Nos finais de semana, a programação musical predomina, além dos programas especiais na área de cultura.

Os *spots*, que têm uma grande aceitação entre as rádios que acessam a radioagência, são colocados no ar nos intervalos da programação. São campanhas educativas ou informativas sobre assuntos variados como combate às drogas e cuidados com a saúde, e que são especialmente importantes para as rádios comunitárias cadastradas na radioagência. Outro produto sem periodicidade definida são as radionovelas, que buscam trabalhar com temas mais difíceis, como o processo de aprovação do Orçamento, em uma linguagem mais acessível para a população em geral.

Conforme trabalho publicado anteriormente (Macedo e Bernardes, 2010), a *Rádio Câmara*, como aconteceu na *Rádio Senado*, também debate se sua programação deve ser mais noticiosa, com mais entradas “ao vivo”, matérias mais curtas, no estilo das rádios “all news”; ou se as matérias devem ser mais aprofundadas e a programação menos focada na tentativa de copiar as emissoras comerciais. Outra discussão é sobre a necessidade de ampliar o espaço do jornalismo em relação ao tempo dedicado à música ou a programas culturais.

Na entrevista com os pesquisadores, o diretor da *Rádio Câmara*, Mauro Ceccherini, explicou que a programação vai sofrer uma grande transformação em 2011 para incluir mais jornalismo. A principal mudança será a introdução de um programa ao vivo de duas horas que buscará aprofundar os temas em debate na Câmara por meio de entrevistas e quadros que busquem explicar termos legislativos. Segundo ele, diferentemente da mídia comercial, a rádio não especula nem divulga informações extraoficiais ou de bastidores. “Também divulgamos o trabalho das comissões da Câmara, que são as primeiras a discutir qualquer tema da Casa – o que não é feito pela mídia comercial, que só entra no tema quando ele vai a Plenário”, afirma.

Para Ceccherini, há preocupação com o tamanho das matérias, mas não a qualquer preço. “Matérias especiais, temas polêmicos sempre têm espaço diferenciado”, disse. As alterações na grade de programação, segundo o diretor, passam por debates na redação, mas, na prática, a palavra final é da direção da emissora. Ceccherini afirma que a falta de estrutura – como um núcleo para cuidar de programas especiais – e de canais institucionais para maior participação dos servidores – como um conselho editorial –, acaba concentrando as decisões na direção da rádio, o que ele avalia que não é o ideal.

Em geral, toda a programação pode ser modificada em função de prioridades institucionais como a transmissão das sessões plenárias. Um dos pontos que o diretor da *Rádio Câmara* pretende mudar também é a forma atual de interação com o público, considerada limitada por ele, atualmente. Um programa antigo que gravava perguntas dos ouvintes para os deputados – “O ouvinte quer saber” – deve ser reeditado agora e há a ideia de oferecer mais espaço para as opiniões dos ouvintes.

Na Secretaria de Comunicação da Câmara, há questionamentos sobre a eficácia de uma emissora que transmite apenas para Brasília, embora a rádio conte com um serviço de radioagência com mais de 1.600 emissoras cadastradas. Ou seja, a cobertura que não é obtida pela emissora física tem a sua contrapartida no aproveitamento pelas rádios cadastradas do material produzido. Mais recentemente, porém, a expansão do sinal da rádio por meio de repetidoras tornou-se uma realidade mais concreta. Neste caso, existem questionamentos sobre os custos da medida porque a estratégia também é seguida pelo Senado. Se já é complicado justificar a existência de duas rádios legislativas do Congresso Nacional, ainda mais difícil é justificar a repetição desta estrutura em todo o território nacional.

Análise da programação da Rádio Justiça

A programação jornalística da *Rádio Justiça* é beneficiada com as participações das equipes de jornalismo de vários tribunais superiores e outras entidades, o que eleva os percentuais do gênero jornalístico na grade semanal em quase 50% por dia, sempre maiores que a parte musical. São 12 programas jornalísticos e seis programas culturais. O gênero musical predomina apenas nos finais de semana. Como exemplos desta participação variada, há o programa “Gestão Legal” do Conselho Nacional de Justiça. Até mesmo nos programas culturais, a emissora busca oferecer um enfoque relativo à Justiça. No programa “Direito é Música”, por exemplo, aspectos do direito são ilustrados por meio de músicas. Em “Na Trilha da Vida”, ministros, desembargadores, juízes, advogados, servidores e personalidades da Justiça contam suas vidas através das músicas que marcaram sua trajetória. Tal estratégia é adotada como forma de conexão com o público do campo jurídico. Outra parte importante da programação,

principalmente nas quartas e quintas, é a transmissão das sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Cabe ressaltar, por fim, o uso de radionovela, por meio do “Justiça em Cena”, que narra situações que podem resultar ou não em demandas jurídicas. Nesse caso, o alvo é a população e não os advogados, juristas e magistrados.

Em entrevista aos pesquisadores, Juliana Batista, chefe de redação da *Rádio Justiça*, afirma que a grade de programação está consolidada depois de uma ampla reformulação iniciada em 2009. “A programação era pouco jornalística e não falava somente do Judiciário, abrangia um monte de coisas: trânsito, assuntos do Congresso, temas que não são da nossa alçada. Agora, tratamos de justiça, cidadania e prestação de serviço. A *Rádio Justiça* já está no rumo dela”, contou Juliana. Segundo ela, o papel de uma emissora do Judiciário é falar do Judiciário, explicar para o cidadão como ele tem acesso a este Poder, mostrar a ele o que o Judiciário está fazendo e divulgar as decisões, não só dos tribunais superiores, mas também dos tribunais regionais e das justiças especializadas como a Justiça do Trabalho, a Justiça Desportiva e a Justiça Militar.

Quadro 3. Programação *Rádio Câmara**.

Chart 3. *Rádio Câmara* Programming.

| Gêneros | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|------------------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Jornalismo | 14,20% | 14,20% | 14,20% | 14,90% | 13,70% | 11,40% | 9,70% |
| Voz do Brasil | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 0 | 0 |
| Plenário ¹⁰ | 20,80% | 20,80% | 20,80% | 20,80% | 20,80% | 0 | 0 |
| Música | 55,30% | 55,30% | 55,30% | 50,40% | 50,55% | 64,60% | 71,55% |
| Cultura | 5,50% | 5,50% | 5,50% | 9,70% | 10,75% | 24,00% | 18,75% |

* Informações coletadas em fevereiro de 2010.

Quadro 4. Programação *Rádio Justiça**.

Chart 4. *Rádio Justiça* Programming.

| Gêneros | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta | Sábado | Domingo |
|---------------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Jornalismo | 48,00% | 48,00% | 41,00% | 51,70% | 54,20% | 14,50% | 8,70% |
| Cultura | 5,50% | 5,50% | 4,80% | 1,40% | 5,50% | 12,50% | 8,30% |
| Música | 42,30% | 38,80% | 26,40% | 23,30% | 38,23% | 73,00% | 83,00% |
| Voz do Brasil | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 4,20% | 0 | 0 |
| Plenário | 0 | 3,50% | 23,60% | 19,40% | 0 | 0 | 0 |

* Informações coletadas em fevereiro de 2010.

¹⁰ A *Rádio Câmara* não faz a transmissão das comissões temáticas de maneira fixa em sua grade. Apenas quando há alguma situação especial como depoimentos de grande repercussão nacional em Comissões Parlamentares de Inquérito.

Para ter a participação dos tribunais, porém, a equipe de Brasília teve que conversar com as assessorias regionais, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros, realizando inclusive *workshops* para explicar como cada um poderia contribuir. É que alguns tribunais, por exemplo, contam com uma estrutura pequena de comunicação institucional ou apenas com estagiários. “Geralmente eles gravam por telefone e utilizam a nossa estrutura aqui em Brasília para produzir o material deles, mas a participação já está consolidada”, disse Juliana. A chefe de redação explicou ainda que não há preocupação em adotar um estilo mais “comercial” com matérias mais curtas, mas existe uma busca pela compreensão popular do que é transmitido. Alguns programas, segundo ela, podem ser “derrubados” em função de prioridades institucionais.

No contato direto com o cidadão, a Rádio tem um serviço para que as pessoas possam reclamar de processos que demoram muito tempo na Justiça. É possível enviar um e-mail ou carta para a redação, informando dados pessoais, em que vara ou tribunal o processo está, e detalhes que possam acelerar o processo como a idade e se a pessoa possui ou não doença grave.

Comparativo entre as quatro emissoras

Um ponto importante desta análise diz respeito à comparação entre as grades de programação das quatro emissoras analisadas neste *paper*. Como mostra o **Quadro 5**, há algumas diferenças substanciais, a despeito da principal semelhança que é o grande percentual de música veiculada nos quatro canais, com um expressivo incremento do número de horas dedicadas aos programas musicais nos finais de semana. Obviamente, antes de serem emissoras

institucionais, as rádios analisadas são canais de FM, o que explica esse detalhe compartilhado pelas quatro grades. E os percentuais da música na programação, especialmente na Rádio Nacional, são elevados.

Entre as diferenças percebidas na grade das emissoras, talvez a mais importante diga respeito ao funcionamento dos poderes aos quais pertencem. É notável que não haja transmissão das atividades do Executivo no momento de sua realização pela Rádio Nacional, enquanto as duas emissoras do Legislativo e a rádio do Judiciário dediquem boa parte de seu tempo a transmitir, ao vivo, as sessões dos plenários destas instituições. Pode-se especular que uma das razões disso seja o caráter extremamente fragmentado das instâncias do Executivo. Como seria possível viabilizar, em apenas uma emissora, a transmissão das atividades da Presidenta da República e dos mais de 30 ministros, ao mesmo tempo? Além disso, as decisões do Executivo são tomadas em diferentes instâncias organizativas, ao contrário das decisões colegiadas do Legislativo e do Judiciário. Nesses dois poderes, as decisões mais importantes são todas definidas no plenário das Casas, o que justifica a transmissão ao vivo das sessões, especialmente sob o argumento de transparência e publicidade das atividades institucionais.

No campo das similaridades, destaca-se a redução nos conteúdos jornalísticos durante os finais de semana. De segunda a sexta-feira, todas as emissoras têm considerável quantidade de informação, ainda que nenhuma das outras se aproxime do percentual exibido pela *Rádio Justiça*, que completa quase a metade da grade com este tipo de emissão. Conforme explicamos anteriormente, a grande quantidade de informação da emissora é obtida por meio das parcerias com as instâncias estaduais e locais do Judiciário. Embora todas as emissoras tenham menos programas informativos nos fins de semana, somente uma delas chega a zerar o tempo de emissão desses conteúdos: a Rádio Nacional. A *Rádio Senado* aproxima-se desse

Quadro 5. Comparativo entre as quatro emissoras.

Chart 5. Comparison among the four stations.

| Gêneros | Rádio Nacional FM | | Rádio Senado | | Rádio Câmara | | Rádio Justiça | |
|---------------|-------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Semana | Fim-de-semana | Semana | Fim-de-semana | Semana | Fim-de-semana | Semana | Fim-de-semana |
| Música | 78,40% | 81,20% | 47,20% | 83,95% | 53,37% | 68,05% | 33,50% | 78,00% |
| Cultura | 1,40% | 18,80% | 3,36% | 15,05% | 7,39% | 21,40% | 4,54% | 10,40% |
| Jornalismo | 16,00% | 0 | 12,38% | 1,00% | 14,24% | 10,55% | 48,46% | 11,60% |
| Plenário | 0 | 0 | 32,86% | 0 | 20,80% | 0 | 9,30% | 0 |
| Voz do Brasil | 4,20% | 0 | 4,20% | 0 | 4,20% | 0 | 4,20% | 0 |

percentual, com apenas 1% de conteúdos informativos nos finais de semana, enquanto *Rádio Câmara* e *Rádio Justiça* compartilham percentuais semelhantes dedicados ao jornalismo nesses dias: 10,55% e 11,60%, respectivamente. A ênfase recebida pelos programas culturais é outro ponto de convergência na grade de programação das emissoras. Todas elas privilegiam este tipo de transmissão, especialmente nos fins de semana, quando o número de horas dedicadas a eles chega a ser multiplicado por 10 na Rádio Nacional, em relação aos dias de semana. Nas outras emissoras, o espaço recebido por essas produções também aumenta consideravelmente, triplicando nas rádios Câmara e Senado e mais que dobrando na *Rádio Justiça* no sábado e no domingo.

Conclusões

A análise das grades de programação das quatro emissoras dos poderes federais brasileiros mostra que, antes de seu caráter institucional, tais rádios exibem uma adequação ao veículo pelo qual transmitem. Optam por uma programação essencialmente musical e informativa, a fim de cumprir suas obrigações institucionais sem descuidar do formato consagrado para as rádios em frequência modulada. Isto é, adaptam sua missão estatal ao modelo de programação desenvolvido pelo mercado.

Entre os profissionais das emissoras, inclusive, há discussões sobre a possibilidade de direcionar a programação exclusivamente para o jornalismo, transformando as emissoras em rádios “all news”. Mas a dúvida permanece: é preciso ser uma rádio jornalística para cumprir a missão institucional? Ou é possível cumpri-la no modelo tradicional das FMs, aliando a programação informativa à musical? Esse debate, contudo, talvez esteja mais relacionado com a identidade profissional dos jornalistas que atuam nas emissoras do que com a identidade institucional dos veículos.

A questão do papel educativo que as emissoras cumprem na atualidade é outro aspecto importante do debate. Percebe-se que, ao enfatizar a informação sobre os poderes constitucionalmente estabelecidos e os programas culturais, principalmente aqueles relacionados a manifestações da alta cultura e da cultura popular brasileira,

tais emissoras estão enquadradas num perfil educativo de programação. Obviamente, houve uma transformação do modelo educativo desde a sua criação.

Se antes a ideia de que os veículos de comunicação seriam substituídos da escola ou auxiliariam a escola a chegar às populações sem acesso à educação formal, com as teleaulas, os telecursos e os programas explicitamente didáticos, atualmente o papel educativo das emissoras de rádio e televisão no Brasil conecta-se à ideia de formação cidadã, isto é, à educação para a cidadania. Incluídas neste rol estão as campanhas de utilidade pública realizadas pela *Rádio Câmara* e aproveitadas em diversas emissoras do País por meio da radioagência¹¹. Os programas que buscam explicar como funciona o Poder Judiciário ou que mostram as discussões nas comissões temáticas do Senado são outros exemplos. Percebe-se que há uma migração do caráter educativo para temas políticos, não exatamente relacionados à educação formal, mas complementares a ela. Houve, portanto, um direcionamento do caráter educativo das emissoras para o aperfeiçoamento da cidadania, da participação, da transparência, isto é, conteúdos e programas voltados para a ação política.

Nesse sentido, o viés educativo dos veículos de comunicação estatais permanece, mas com outra roupagem. No caso das emissoras de rádio dos poderes federais, há uma visível preocupação com os critérios estabelecidos na Constituição para o funcionamento da mídia. Dessa forma, são privilegiados os conteúdos de informação e formação, com caráter regional, e até mesmo o entretenimento – no caso das emissoras, a música – é enquadrado no princípio de levar aos ouvintes manifestações culturais nacionais.

Além disso, percebe-se que as emissoras estão atentas para o cumprimento de seus deveres constitucionais de viabilizar a transparência e a publicidade das decisões dos poderes constituídos. É visível a preocupação em tornar disponíveis aos cidadãos as discussões realizadas pelos integrantes dos Três Poderes. A cobertura jornalística das atividades e a transmissão ao vivo das sessões do Plenário e das reuniões de comissões são serviços essenciais para democracia, pois disponibilizam aos cidadãos as informações básicas sobre o funcionamento dessas instituições.

A partir dessas informações, a sociedade pode exercer o controle dos representantes políticos e participar dos processos decisórios, por meio da mobilização social e da opinião pública. Ao direcionarem suas programações para a informação, portanto, tais emissoras cumprem o pa-

¹¹ Em janeiro de 2010, estavam no ar nove campanhas, com 42 spots de 30 segundos cada. Mas, na internet, as rádios parceiras tinham à disposição, pelo menos, 31 campanhas diferentes.

pel constitucional de dar visibilidade política às instâncias decisórias do País. E, ao incluírem no rol de programas os dados sobre o funcionamento dessas instituições, as emissoras permitem a participação política e ajudam a qualificar a atividade das autoridades públicas e a própria representação. O caráter educativo transparece uma vez mais: a educação para a cidadania.

Apesar dos pontos positivos destacados acima, é oportuno chamar atenção para alguns aspectos decorrentes da concepção geral que ainda norteia essa visão educativa, apesar das redefinições e atualizações. O primeiro ponto diz respeito à persistência do modelo tradicional de distribuição de conteúdos, produzidos a partir do ponto de vista dos próprios gestores dessas mídias. Isso ainda reflete a cultura política baseada no poder unilateral do Estado de decidir o que o cidadão deve saber, ou seja, que tipo de informação destacar. Apesar da existência de alguns canais de interatividade e participação do público, na grade de programação dessas emissoras ainda predomina o modelo de produção e distribuição de conteúdos, tal qual faziam as antigas emissoras de rádio educativo.

Outro ponto comum entre todas as emissoras em estudo é o modelo de gestão com baixa permeabilidade social. As decisões gerenciais, a definição da identidade da programação e as prioridades em torno da natureza dos conteúdos ficam a critério dos dirigentes de cada instituição, os quais delegam aos gestores de comunicação a execução de suas decisões, uma vez que os diretores desses veículos ocupam cargos de confiança, ou seja, são nomeados pelos dirigentes das instituições. As próprias reformulações internas e alterações na grade e nos conteúdos dependem inteiramente da avaliação e do enquadramento dos gestores e profissionais dessas mídias, como se percebe nas informações coletadas nas entrevistas. Dessa forma, conclui-se que os mecanismos de interatividade e de participação social ainda são frágeis e limitados e são utilizados mais como ornamento institucional do que como instrumento efetivo de participação.

Por fim, quanto à análise da possível relação entre a programação de uma emissora de rádio institucional e sua identidade política, os dados coletados não permitem respostas conclusivas. Para tanto, seria necessária uma nova pesquisa, focada especificamente na gestão política de cada uma das emissoras, o que poderá ser explorado em outro *paper*. Entretanto, as considerações decorrentes do exame das informações sobre a grade de programação e das entrevistas realizadas oferecem elementos para um delineamento inicial da identidade institucional dessas emissoras, conforme foi demonstrado ao longo da análise.

Referências

- ADGHIRNI, Z.L. 2006. Sistemas de comunicação nos Três Poderes: Quando o Estado se apropria do jornalismo para influenciar o espaço público. In: VIII COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, VIII, Echirolles, 2006. *Anais...* Echirolles. Disponível em: http://www.intercom.org.br/coloquios/coloquio_franca_2006.pdf. Consultado em 23/02/11.
- BARROS, A.T.; BERNARDES, C.B.; LIMA, M.E.O. 2010. As emissoras legislativas e seus gêneros de programação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A ESCOLA DE COMUNICAÇÃO LATINO-AMERICANA, XVI, São Paulo, 2010. *Anais...* São Paulo, p. 2-13.
- BRASIL. 2010. Presidência da República. Segunda Audiência Pública do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação. Programação Rádio. Rio de Janeiro, Sede da Radiobrás, 01/06/2010, 65 p.
- BUFARAH JUNIOR, A.; FERRARETTO, L.A.; FREIRE, M.; KISCHINHEVSKY, M.; KLOCKNER, L.; LOPEZ, D.C.; PRATA, N. 2010. Rádio, juventude e convergência midiática: um estudo com alunos do ensino médio em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), XXXIII, Caxias do Sul, 2010. *Anais...* Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0168-3.pdf>. Consultado em 20/02/11.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. [s.d.]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara>. Acesso em: 31/03/2011
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. [s.d.]. Disponível em www.ebc.com.br/canal/radios/radio-nacional-fm-brasil.htm. Acesso em: 25/02/2011.
- FONTECILLA, M.E. 1983. *Rádio educativo: um guia para programadores*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 77p.
- MACEDO, S.M.; BERNARDES, C.B. 2010. Estratégias de Programação da Rádio Câmara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), XXXIII, Caxias do Sul, 2010. *Anais...* Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0096-1.pdf>. Consultado em 13/01/11.
- PIMENTEL, F.P. 2004. *O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Soarmec Editora. Disponível em: <http://www.radioeducativo.org.br/800/..%5Cartigos%5Clivrofinal2.pdf>. Acesso em: 19/04/2011.

SANT'ANNA, F. 2008. *Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília, Casa das Musas, 152p.

SENADO FEDERAL. [s.d.]. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/radio/historia.asp>. Acesso em: 25/02/2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [s.d.]. Disponível em: <http://www.radiojustica.jus.br/sobreRadio/somos.php?class=1>. Acesso em: 25/02/2010.

TARGINO, M.G.; BARROS, A.T. 1992. Rádio Educativa do Piauí: a serviço de que e de quem. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 73(173):63-104.

Submetido: 08/08/2011

Aceito: 20/09/2011